

CADERNO TÉCNICO

Indústria, Energia e Portos

JULIANA BENÍCIO · DEPUTADA FEDERAL · PSDB
CNPJ CANDIDATA: 68.553.036/0001-36

**Política
industrial, sim.
Caixa-preta, não.**

Elaborado a partir da contribuição técnica recebida, do material documental da equipe e das diretrizes do Plano de Mandato.

Apresentação do caderno técnico e seu propósito

Este caderno consolida as diretrizes de atuação de Juliana Benício na Câmara dos Deputados para indústria, energia e portos. Ele parte de uma constatação e de uma escolha. A constatação: o Rio já mostrou que sabe construir indústria — em 1979, um único estaleiro de Angra dos Reis, o Verolme, reunia cerca de 12 mil trabalhadores, quase um terço de todo o emprego naval brasileiro. A escolha: o que o estado precisa construir agora é continuidade. Segundo o Sinaval, a construção e reparação naval voltou a cerca de 86 mil trabalhadores no país em julho de 2026, superando o pico de 2014. O ciclo voltou; a pergunta deixou de ser apenas como recuperar o que perdemos e passou a ser como transformar a oportunidade presente em trabalho qualificado, fornecedores competitivos e tecnologia no Rio — sem preparar a próxima crise.

Propósito: transformar diagnóstico em agenda legislativa concreta, priorizada e executável — legislar, votar orçamento, propor emendas, buscar relatorias e fiscalizar. O compromisso é atuar nesses instrumentos, sem prometer execução direta, decisões empresariais ou atos de outros Poderes.

COMO O CADERNO SE ORGANIZA:

a Seção 2 define a agenda e apresenta sua dimensão; a Seção 3 sistematiza os gargalos e as lições da história industrial fluminense; a Seção 4 reúne os compromissos parlamentares. O cenário de 2026 informa a agenda, mas a atuação de mandato começa após a posse. Uma régua atravessa todas as propostas: objetivo antes do instrumento; gargalo antes do incentivo; conta completa antes do benefício; e proteção avaliada pela cadeia inteira — quem fabrica e quem usa. Dinheiro público precisa desenvolver capacidade produtiva e entregar resultado. Não é Estado maior nem Estado menor. É Estado melhor.

Definição da agenda e o tamanho do desafio

A agenda deste caderno é ampliar a capacidade das empresas instaladas no Rio de produzir, inovar e competir. Energia, portos e indústria naval são suas aplicações prioritárias — não o seu limite: a mesma política alcança a pequena indústria, os fornecedores de engenharia e software industrial e as empresas que desenvolvem produto próprio. O problema de fundo não nasceu neste governo nem no anterior: o Brasil terminou 2025 com a produção industrial 16,3% abaixo do pico de maio de 2011 — quase quinze anos sem recuperar aquele nível de produção, um resultado construído por vários governos, de mais de um campo político. Enquanto isso, o custo de investir segue alto, com a taxa básica de juros na casa dos 14% ao ano. Logística, exportação e serviços tecnológicos também integram essa agenda. A proposta é desenvolver novos elos e competências sem desvalorizar as atividades que já funcionam.

2º PIB · 13º

o Rio é a 2ª economia estadual, mas só a 13ª posição no Ranking de Competitividade dos Estados (CLP, edição 2026; era 15º em 2025)

–16,3%

distância da produção industrial brasileira, no fechamento de 2025, em relação ao pico de maio de 2011 (IBGE/PIM)

~40%

do petróleo cru exportado pelo Brasil embarca pelo Porto do Açu (Prumo/Ministério de Portos, 2025-2026)

24 de 49

estaleiros brasileiros ficam no Rio, com 66 mil dos 181 mil empregos das atividades navais (Firjan, Panorama Naval 2026)

1.910 → ~86 mil

empregos na construção e reparação naval no país: do fundo de dez/2000 à divulgação do Sinaval em jul/2026

R\$ 32 bi · 96

estimativa do Programa Mar Aberto (Petrobras) para a indústria naval: 96 embarcações até 2032

Recortes distintos: os 66 mil de 181 mil empregos, da Firjan, abrangem o conjunto das atividades navais mapeadas no Panorama 2026; os ~86 mil do Sinaval medem construção e reparação naval. Não são a mesma série.

Os territórios, como eles são

- **Sul Fluminense** — polo siderúrgico-automotivo consolidado: CSN em Volta Redonda (modernização da usina apoiada por R\$ 1,13 bi do BNDES em 2025), Volkswagen Caminhões e Ônibus e Nissan em Resende (novo Kicks, R\$ 2,8 bi) e Stellantis em Porto Real (25 anos em 2026; R\$ 3 bi previstos até 2030). A agenda é aprofundar fornecedores e engenharia — não apenas caçar a próxima montadora.
- **Santa Cruz e Itaguaí** — a região não é mera passagem de minério: a Ternium produz placas de aço em Santa Cruz, com capacidade de 5 milhões de toneladas/ano e terminal próprio na Baía de Sepetiba, e o Complexo Naval de Itaguaí abriga a construção dos submarinos do PROSUB, da Marinha. Os terminais de exportação mineral (Itaguaí, Porto Sudeste, Ilha Guaíba) escoam minério de outros estados — função logística legítima, cujo desafio é ampliar encadeamentos, e não receber obrigações industriais arbitrárias.
- **Angra dos Reis e Baía de Guanabara** — o BrasFELS, em Angra, hoje integra o grupo cingapuriano Seatrium (ex-Keppel): construiu dez dos 23 módulos da plataforma P-78, que entrou em operação em Búzios no fim de 2025, e segue com carteira ativa, incluindo o FPSO de Raia, com produção prevista para 2028. O EISA fica na Ilha do Governador, na capital — não em Angra — e segue em recuperação judicial; o Estaleiro Mauá, em Niterói, também está em recuperação judicial. Distinguir localização, dono, carteira e situação de cada estaleiro é pré-condição para qualquer proposta séria.
- **Itaboraí e Duque de Caxias** — o Complexo de Energias Boaventura opera a maior unidade de processamento de gás do país desde novembro de 2024 e contratou, em outubro de 2025, as unidades de refino de lubrificantes, diesel S-10 e querosene de aviação, integradas à Reduc. Contrato assinado não é planta entregue: o cronograma precisa de fiscalização contínua.
- **Norte Fluminense** — pelo Porto do Açu passa cerca de 40% do petróleo cru exportado pelo Brasil, e o complexo reúne a base de apoio offshore, o polo termelétrico da GNA (3 GW, o maior da América Latina a gás) e uma ZPE criada por decreto em 2017 e ainda por destravar. Macaé segue como capital nacional do offshore — e caso-símbolo da ponte entre vaga e formação (Seção 3.6).

Principais gargalos — e o que a história ensina

📁 3.1 Áreas industriais degradadas: a lição do Jacaré

A fábrica da General Electric instalada em Maria da Graça em 1921 — ao lado da Cisper (1917) e da Nova América (1924) — ajudou a formar um dos maiores polos industriais do Brasil na Zona Norte do Rio; segundo relatos reunidos pelo projeto Rio Memórias, nos anos 1920 essas indústrias chegavam a empregar mais da metade dos moradores do então nascente Jacarezinho. Da GE saíam as lâmpadas que iluminavam o Cristo Redentor e o Maracanã. A partir dos anos 1980 vieram o desinvestimento e o fechamento; o terreno de mais de 200 mil m² foi apontado pela prefeitura, em 2018, como o maior passivo ambiental da cidade — e, em 2023, o governo estadual apresentou um projeto de parque para parte da área. O Jacarezinho, que nasceu bairro operário, é a 3ª maior favela da cidade do Rio em moradores no Censo 2022. A lição é dupla: a perda de atividade formal deixa marcas territoriais profundas — e a reutilização de áreas industriais exige plano, descontaminação e urbanismo, não nostalgia. Fábrica é parte da resposta para territórios hoje dominados pelo crime; não substitui segurança, serviço público e moradia.

📁 3.2 Ciclos navais sem continuidade: corrupção com vítima e retomada em disputa

Momento	Empregos no país	Fonte
Auge histórico — 1979	39.155	Sinaval / Cadernos Metrópole
Fundo da primeira crise — dez/2000	1.910	Sinaval
Pico da retomada — dez/2014	82.472	Sinaval
Fundo da segunda crise — dez/2019	15.400	Sinaval
Jul/2026 (divulgação do Sinaval)	~ 86.000	Sinaval, Navalshore 18/8/2026

Os marcos acima são de fontes distintas da mesma entidade e cobrem quase cinco décadas; servem para mostrar a trajetória, não para comparação estatística fina. O número de julho de 2026 é divulgação do presidente do Sinaval na Navalshore.

A crise que se abateu sobre o setor a partir de 2014-2015 teve várias engrenagens — queda do petróleo, colapso da Sete Brasil, conclusão de obras, revisão de investimentos. Mas uma delas está documentada com precisão: em acordo com o Departamento de Justiça dos Estados Unidos (2017), a Keppel Offshore & Marine admitiu ter pago cerca de US\$ 55 milhões em propinas no Brasil entre 2001 e 2014 para obter 13 contratos com a Petrobras e a Sete Brasil, e aceitou penalidade global de US\$ 422 milhões — dos quais US\$ 211 milhões destinados ao Brasil, via acordo de leniência com o Ministério Público Federal. O emprego do trabalhador não pode servir de álibi para a corrupção: contratos industriais usados para pagar propina colocam em risco uma cadeia inteira de fornecedores, técnicos e famílias. Defender a indústria exige punir responsáveis, exigir integridade e preservar a capacidade produtiva viável — o mesmo estaleiro, hoje sob a Seatruium, é parte da retomada, com milhares de empregos em Angra. E o desafio urbano da cidade segue aberto: no Censo 2022, Angra dos Reis tinha 42% da população vivendo em favelas — a maior proporção entre os municípios do estado. O dado mostra o tamanho da dívida territorial; não autoriza reduzir sua causa a um único fator, nem prometer que emprego, sozinho, a resolve.



3.3 Grandes projetos sem execução previsível: Comperj-Boaventura

Anunciado em 2006 e com obras a partir de 2008, o Comperj prometia a Itaboraí um polo petroquímico completo. Veio a paralisação de 2014-2015, em meio a revisões de escopo, restrições financeiras e investigações; o componente petroquímico foi cancelado, e o projeto foi redesenhado até virar o Complexo de Energias Boaventura. O que existe hoje é real — UPGN em operação, refino contratado —, mas menor do que o prometido. A lição vale para hidrogênio, datacenters e qualquer grande projeto: separar sempre intenção, contrato, obra e operação, e nunca contabilizar emprego de pico de obra como emprego permanente.

3.4 O custo de investir: juros, tributo e as ferramentas de quem produz

O investimento mais perigoso é o que não acontece. Fábrica que fecha aparece no jornal; fábrica que nunca saiu do papel, ninguém vê. Com juros na casa dos 14% ao ano, o crédito encarece e o retorno exigido para tirar uma fábrica do papel sobe — e parte dos projetos que poderiam gerar emprego deixa de fechar a conta. Somam-se tributo complexo, créditos que demoram e regra que muda no meio do jogo. Não adianta anunciar bilhões para a indústria e, ao mesmo tempo, deixar juro, imposto complicado e insegurança de regra empurrando o investimento para fora: é pé no acelerador e pé no freio ao mesmo tempo. E há um ângulo quase ausente do debate: o custo das ferramentas de quem produz — máquina, componente, equipamento de laboratório, instrumento de trabalho. Toda proposta de proteção precisa mostrar sua conta completa: quem fabrica, quem usa e o efeito líquido sobre produtividade e inovação.

3.5 Produtividade e tecnologia que não chegam a quem produz

A modernização precisa alcançar a pequena e média indústria, com acesso transparente à assistência técnica, à engenharia e ao crédito. E executar encomenda, desenvolver produto próprio e construir empresa que vende a muitos clientes são três coisas diferentes, que a política costuma medir como uma só. Falta financiamento para quem tem tecnologia, equipe e contrato, mas não tem imóvel para dar em garantia; faltam testes, certificação e um primeiro comprador. Energia agrava o quadro: o estado que abriga 3 GW de termelétricas no Açu e a espinha do gás do pré-sal ainda convive com custo final alto para quem produz — anunciar geração não basta; a empresa precisa conseguir usar energia em condições competitivas.

3.6 Gente: a ponte entre a escola e a vaga — e a retenção do talento

Em julho de 2026, Macaé divulgou 1.053 vagas numa única semana — soldador, caldeireiro, inspetor de solda — e, no mesmo mês, abriu 1.007 vagas gratuitas de qualificação com foco onshore e offshore.

É a conta que precisa fechar em todo o estado: onde a economia cria emprego, que profissional falta e onde essa pessoa se forma. E duas ofertas anunciadas ainda não são o encontro entre elas — quantas vagas foram preenchidas, que competência faltou ao candidato local, quantos formados entraram nesse mercado é exatamente o que precisa ser acompanhado. O Brasil forma de um lado e contrata do outro: aparece curso sem vaga, e vaga sem gente preparada. E não adianta formar se o talento não encontra aqui projeto e carreira para ficar — continuidade industrial é preservar competências e pessoas, não só galpões e guindastes.



3.7 Porto como passagem, instrumentos parados e receita que é finita

O porto não pode ser só o lugar por onde a riqueza passa — mas industrializar junto ao cais se demonstra com conta, não com decreto. Os instrumentos existem e estão subaproveitados: a ZPE do Açu foi criada em 2017 e o BR do Mar tem lei de 2022 e regulamentação de 2025. Japão e Coreia construíram siderurgia de classe mundial importando insumo pelo porto — prova de que jazida não é destino; não é receita automática, porque a competitividade deles veio de escala, tecnologia e logística, condições que cada projeto aqui precisa demonstrar. E há o relógio fiscal: a participação especial do petróleo de Rio das Ostras, que já superou R\$ 50 milhões num ano, foi zerada pela ANP em dois trimestres de 2020. Receita de petróleo é grande, é finita e oscila — a régua de qualquer governante fluminense é uma só: o que fica quando esse dinheiro passar?

Atuação no Legislativo federal

Dez frentes, cada uma com posição, instrumento parlamentar e resultado a cobrar. O primeiro bloco reúne decisões e carteiras com movimento em 2026 e efeitos posteriores; o segundo, condições permanentes de competitividade. Essa divisão descreve o calendário dos instrumentos, não uma hierarquia de importância: as duas camadas serão trabalhadas em conjunto.

PAUTAS QUENTES DE 2026 — decisões e carteiras em movimento

4.1 Minerais críticos e datacenters: novas fronteiras com contrapartida

Para toda nova fronteira, a pergunta é uma só: que capacidade tecnológica esse investimento deixa no país?

- **Acompanhar** o desfecho legislativo e fiscalizar, nos termos que entrarem em vigor, a regulamentação e a execução da Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos (PL 2.780/2024, aprovada pelo Congresso e enviada à sanção em setembro de 2026, com foco em processamento no território nacional e recursos para beneficiamento) — critérios de habilitação, contrapartidas verificadas e transparência de beneficiários; a contribuição fluminense é porto, metalurgia e conhecimento, não jazida;
- **Acompanhar** o desfecho legislativo e fiscalizar a implementação do Redata nos termos que entrarem em vigor (PL 278/2026, aprovado e enviado à sanção em setembro de 2026), que condiciona o benefício a energia 100% renovável ou de baixa emissão, eficiência hídrica, P&D e oferta de capacidade ao mercado nacional — atrair investimento com contrapartida de capacidade, sem vetar e sem subsidiar consumo de energia sem retorno tecnológico.

Resultado a cobrar: contrapartidas cumpridas antes de benefício renovado; fornecedores e serviços tecnológicos contratados no país; emprego permanente separado de emprego de obra.

4.2

Royalties: defender a regra e planejar o que fica

O dinheiro do petróleo passa. Defender essa receita todo mundo promete; a diferença é ter plano para o que fica.

- **Defender** no Congresso a regra de distribuição de royalties e participação especial (Lei 9.478/1997; Lei 12.734/2012) e acompanhar o julgamento reaberto no STF: em maio de 2026, a relatora, ministra Cármen Lúcia, votou pela inconstitucionalidade da redistribuição, e um pedido de vista suspendeu o julgamento, que segue pendente (ADI 4917 e conexas); segundo estimativa da Comissão de Orçamento da Alerj, as perdas potenciais para o estado e seus municípios chegam a R\$ 20 a 30 bilhões por ano caso a redistribuição prevaleça;
- **Propor** que as parcelas legalmente disponíveis dessa receita — respeitadas as vinculações a educação e saúde da Lei 12.858/2013 e as competências de cada ente — financiem capacidade duradoura: laboratório, formação, fornecedor e empresa de tecnologia, que continuam gerando renda quando o barril parar de pagar a conta.

Resultado a cobrar: posição do RJ preservada na regra federal; plano público de aplicação das parcelas disponíveis, com metas.

4.3

Energia, gás e hidrogênio: competitividade com conta aberta

Anunciar geração não basta: a energia precisa chegar à empresa em condições competitivas. E projeto que existe só em memorando não pode ser tratado como investimento contratado.

- **Requerer** dados e fiscalizar, no âmbito federal, o custo e a confiabilidade da energia entregue à indústria — preço, transporte, encargos, conexão e qualidade do fornecimento —, distinguindo eletricidade e gás e respeitando as competências estaduais na distribuição de gás.

- **Acompanhar** a implementação do marco do hidrogênio de baixo carbono (Leis 14.948/2024 e 14.990/2024, regulamentadas pelo Decreto 13.096/2026) — habilitações no Rehidro, critérios de acesso e créditos a partir de 2028 —, cobrando custo explícito no orçamento ou na tarifa e separando sempre intenção, licença, comprador, financiamento e obra;

Resultado a cobrar: custo final ao usuário industrial, tempo de conexão e plantas que saem do papel com contrapartidas cumpridas.

4.4 Conteúdo local e carteiras navais: o benefício tem prazo

A plataforma compra sensor, software, robô e engenharia o tempo todo — e compra de fora. Quero o Rio vendendo tecnologia para o petróleo, e não só mão de obra.

- **Fiscalizar** a execução dos requisitos de conteúdo local e da depreciação acelerada previstos na Lei 14.871/2024, com as alterações das Leis 15.075/2024 e 15.348/2026, e na regulamentação aplicável. Para os navios-tanque abrangidos pelo art. 2º-A, a lei distingue contratos celebrados até 31/12/2026, entrada em operação a partir de 2027 e vigência da renúncia entre 2027 e 2031. O mandato acompanhará habilitações, execução, custos e capacidade desenvolvida; não presumirá prorrogação automática nem tratará o prazo de contratação como fim de toda a política.
- **Acompanhar** as carteiras em curso — Mar Aberto (96 embarcações até 2032, R\$ 32 bi estimados), Transpetro (49 embarcações contratadas) e Marinha —, distinguindo defesa, óleo e gás e transporte, sem presumir reserva de mercado estadual;
- **Defender** que os programas de fornecedores incluam tecnologia — sensores, robótica, software, inspeção — e apoiar a diversificação dessas competências para eólica offshore, descomissionamento e reciclagem segura de plataformas; o maior legado de uma indústria não é só o que ela extrai ou monta: é o que ela ensina o país a saber fazer;

- **Fiscalizar** recursos e garantias federais envolvidos nas recuperações judiciais (Mauá, EISA), favorecendo a preservação de capacidade viável dentro do que a lei permite, sem interferir em decisão judicial.

Resultado a cobrar: entregas no prazo e custo; fornecedores fluminenses qualificados e com clientes fora do contrato de origem; emprego e remuneração no estado, não só no agregado nacional.

4.5 Boaventura e cadeia automotiva: cobrar o contratado

Contrato assinado não é planta entregue — e anúncio não é emprego.

- **Requerer** informações e acompanhar cronograma físico-financeiro, contratos, custos, riscos e empregos de obra e de operação do Projeto Refino Boaventura (contratado em outubro de 2025, integrado à Reduc), numa das regiões mais pobres da metropolitana; avaliar novos elos químicos apenas sobre insumos e mercados demonstrados;
- **Defender** no Mover (Lei 14.902/2024) fornecedores, engenharia, formação e atualização tecnológica da cadeia automotiva do Sul Fluminense.

Resultado a cobrar: cronogramas cumpridos e empregos permanentes confirmados, separados dos de pico de obra.

PAUTAS ESTRUTURAIS — condições permanentes de competitividade

4.6 Produtividade da pequena e média indústria

Quero modernização, engenharia e crédito chegando à pequena indústria — não os mesmos grandes grupos sempre na frente da fila.

- **Emendar** o orçamento e fiscalizar cobertura e critérios de acesso do Brasil Mais Produtivo no estado do Rio — o programa existe (MDIC, com Senai e Sebrae como executores) e atendeu 67,5 mil empresas em dois anos, com ganho médio de 28% de produtividade entre as atendidas em manufatura enxuta, segundo o acompanhamento divulgado pelo próprio programa; não é preciso inventar o programa, é preciso ampliá-lo com qualidade;
- **Articular** institutos federais, universidades e entidades técnicas na assistência — diagnóstico por empresa, desperdício, manutenção, eficiência energética e digitalização com propósito.

Resultado a cobrar: produtividade, refugo e consumo de energia por empresa atendida — não número de consultorias nem máquina comprada sem implantação.

4.7 Custo de investir: crédito, tributo e ferramentas

O investimento mais perigoso é o que não acontece.

- **Defender** previsibilidade tributária e o funcionamento de créditos e ressarcimentos na transição da reforma, com atenção às empresas menores;
- **Avaliar** garantias e instrumentos de crédito por tipo de gargalo — investimento, giro atrelado a contrato, inovação, exportação —, com risco fiscal explícito;
- **Exigir** que toda proposta de proteção comercial apresente a conta completa da cadeia — quem fabrica o equipamento, quem o utiliza e o efeito líquido sobre produtividade e inovação — e a divulgação da distribuição regional e por porte dos instrumentos federais: acesso transparente, não quota automática por PIB.

Resultado a cobrar: investimento adicional viabilizado; prazo e custo total de contratação; concentração de beneficiários.

4.8

Tecnologia que chega ao mercado: produto próprio, PI e primeira compra pública

Quero que o Estado também seja o primeiro cliente de soluções desenvolvidas no Brasil — e que a empresa brasileira seja dona do que cria.

- **Defender** a instituição do Programa Federal de Primeira Compra e Escala Tecnológica, já proposto no caderno de Inovação, Ciência e Tecnologia: reservar uma parcela dos orçamentos federais elegíveis de pesquisa e desenvolvimento e de compras tecnológicas para competição entre micro, pequenas e médias empresas que desenvolvam tecnologia no Brasil. Selecionar desafios públicos — monitoramento ambiental, proteção da costa, infraestrutura e defesa civil — e avançar por prova de conceito, piloto e escala, conforme os marcos técnicos, usando encomenda tecnológica e CPSI quando adequados. Reserva de competição não é contrato garantido.
- **Apoiar** acesso compartilhado a laboratórios, ensaios e certificação, e defender financiamento adequado a ativos intangíveis e proteção de propriedade intelectual, em ponte com a agenda de economia criativa — software, design, engenharia, games;
- **Nos recursos destinados** especificamente a pesquisa e desenvolvimento de maior risco, **exigir** esforço tecnológico adicional e marcos técnicos verificáveis. Comprar ou adaptar tecnologia pronta pode ser útil, mas não substitui a demonstração do desenvolvimento que esses recursos devem financiar.
- **Articular** formação e retenção de talentos com pesquisa aplicada, desenvolvimento de fornecedores e expansão de empresas tecnológicas, com previsibilidade para equipes e projetos.

Resultado a cobrar: soluções testadas e incorporadas; contratação posterior; clientes adicionais conquistados — capacidade que fica, não piloto que morre no relatório. Risco tecnológico de boa-fé não é fraude; fraude não é risco tecnológico.

4.9 Portos e corredores: sistema, não cais isolado

Industrializar junto ao porto se demonstra com conta — insumo, energia, escala, mercado e ambiente.

- **Cobrar** da União o estágio e os obstáculos de implantação da ZPE do Açu antes de propor regime novo, e avaliar os resultados do BR do Mar (Lei 14.301/2022; Decreto 12.555/2025) em frete, regularidade e participação dos portos fluminenses;
- **Tratar** corredor como sistema — ferrovia, rodovia, acesso, armazenagem, aduana, água, energia, formação e moradia planejados juntos — e estudar beneficiamento de insumo nacional ou importado onde houver viabilidade demonstrada, sem obrigação genérica de processamento.

Resultado a cobrar: tempo e custo logístico; investimento privado adicional junto aos corredores; desempenho ambiental, inclusive água e passivos.

4.10 Formação com destino: da matrícula ao emprego

A vaga existe. Muitas vezes, é o jovem daqui que não chega nela. Falo com conhecimento de causa — sou professora concursada de Instituto Federal: sei o que a escola forma, sei o que a empresa pede e sei o tamanho do buraco entre os dois.

- **Emendar** o orçamento dos Institutos Federais — votado no Congresso — e fiscalizar sua execução, ligando a formação técnica às carteiras reais de projetos (naval, offshore, portos, energia, tecnologia), com institutos, universidades e empresas na mesma mesa;
- **Incluir** jovens, trabalhadores em transição e profissionais experientes — sem restringir por data de demissão — e enfrentar as barreiras de permanência, como horário e transporte.

Resultado a cobrar: conclusão, certificação e inserção profissional aos 6 e 12 meses, permanência e evolução de renda — matrícula é começo; emprego é resultado.

A régua de qualquer apoio público

Quatro exigências valem para todo instrumento deste caderno:

- **Finalidade e adicionalidade** — qual problema o apoio resolve e o que acrescenta ao investimento que ocorreria de qualquer forma.
- **Seleção transparente** — elegibilidade pública, comparação entre projetos, prevenção de conflito de interesse e acesso para empresas pequenas e novas.
- **Conta fiscal completa** — despesa direta, renúncia, subsídio de crédito e risco de garantia informados separadamente; a combinação de instrumentos não pode esconder o apoio total.
- **Prazo, medição e correção** — revisão definida antes da concessão, indicadores com data, território e fonte, e empregos de obra e operação, diretos e indiretos, sempre separados. Benefício sem resultado demonstrado não se renova por inércia.

Primeiro ciclo do mandato: linha de base pública dos gargalos e capacidades do estado; emendas às ações existentes de assistência técnica, pesquisa aplicada, testes e formação; e relatório periódico de acompanhamento. O primeiro produto é diagnóstico público, não promessa de fábrica.

O argumento em uma frase: o Rio não precisa de nostalgia nem de balcão — precisa transformar o que já sabe fazer em empresa, tecnologia e trabalho qualificado que fiquem quando o ciclo passar.

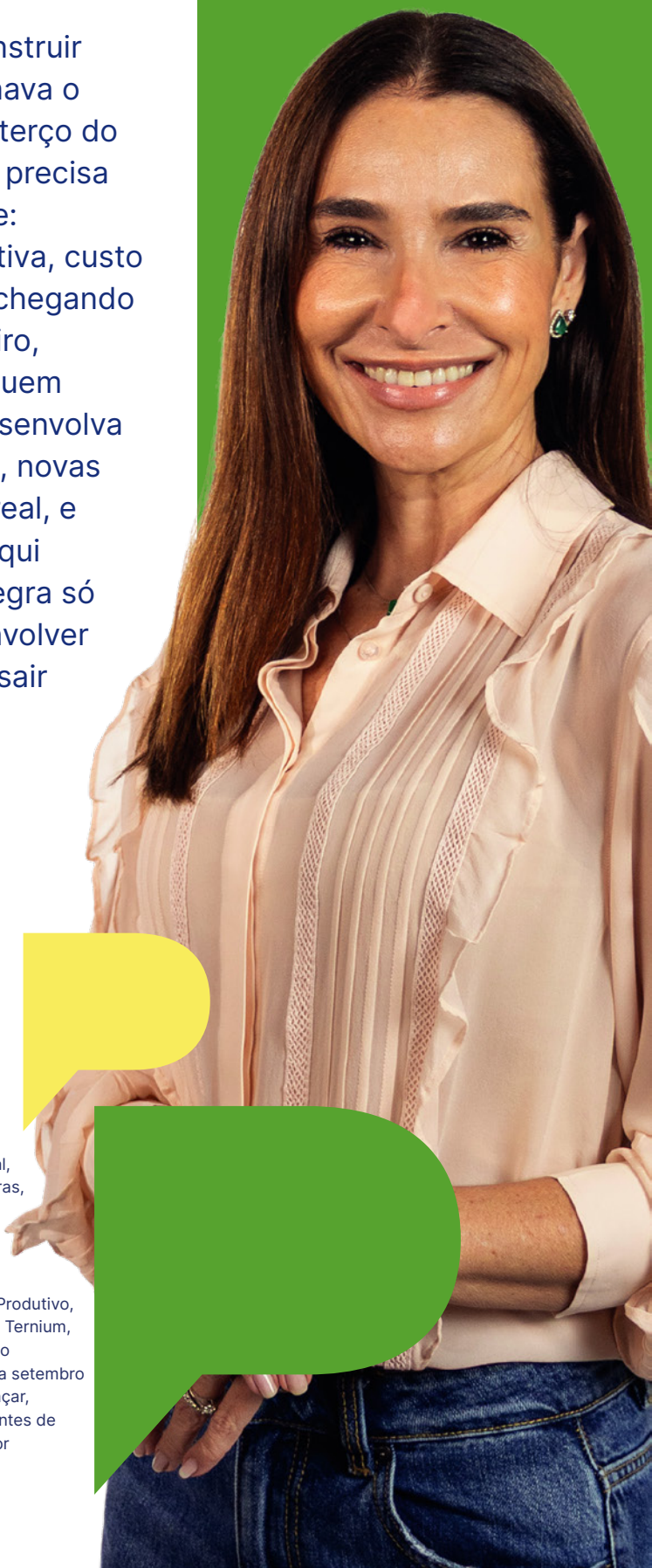
S Í N T E S E

Continuidade

O Rio já mostrou que sabe construir indústria — do polo que iluminava o Cristo ao estaleiro que foi um terço do emprego naval do país. O que precisa construir agora é continuidade: pequena indústria mais produtiva, custo de investir menor, tecnologia chegando ao mercado com dono brasileiro, energia e porto a serviço de quem produz, um ciclo naval que desenvolva fornecedores e conhecimento, novas fronteiras com contrapartida real, e gente formada encontrando aqui projeto e carreira. Com uma regra só para o dinheiro público: desenvolver capacidade, prestar contas e sair quando cumprir o papel.

**“O Rio já mostrou
que sabe construir
indústria.
O que precisa
construir agora é
continuidade.”**

Fontes principais do material-base: IBGE (PIM-PF; Censo 2022 — Favelas e Comunidades Urbanas), Sinaval, Firjan (Panorama Naval no Rio de Janeiro, 2026), Petrobras, ANP e CNPE, Banco Central, BNDES, legislação federal (Planalto/DOU), Câmara dos Deputados e Senado Federal, STF (ADIs 4916 a 5038), U.S. Department of Justice (acordo Keppel, 2017), CLP (Ranking de Competitividade dos Estados, 2026), MDIC (Brasil Mais Produtivo, Mover, Nova Indústria Brasil), Prumo/Porto do Açú, GNA, Ternium, Seatrium, prefeituras de Macaé e Rio das Ostras e projeto Rio Memórias. Dados e status legislativo atualizados para setembro de 2026. Como projetos e regulamentações podem avançar, o andamento deve ser reconfirmado em fontes oficiais antes de usos posteriores; o mapeamento completo, afirmação por afirmação, integra o Livro de Provas da campanha.



O Rio não perdeu vocação industrial. Perdeu continuidade.

O próximo passo   transformar
capacidade em empresas, tecnologia
e trabalho qualificado que permaneçam.

Origem e crédito

Contribui o técnica original: Bruno Braga / Stratis Intelligence. Consolida o
editorial a partir da v2.2 da equipe, da reorganiza o v3 e do Plano de Mandato.
A reda o consolidada não implica aprova o pelo autor da contribui o original.

Juliana
Benício
4550
DEPUTADA FEDERAL